

Territorialidades dos programas de desenvolvimento em zonas costeiras do Nordeste brasileiro: projetos de infraestrutura de grande escala em turismo (PGE-Tur), populações tradicionais marítimas e suas ações contraprogramáticas

Potyguara Alencar dos Santos¹

Resumo

Ao artigo interessa a apreciação de uma síntese dos resultados de três anos de pesquisas etnográficas exploratórias e intensivas desenvolvidas junto às populações tradicionais marítimas residentes no litoral Ceará-Piauí-Maranhão (CEPIMA). Nessa macrorregião, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), do Governo Federal, vem implementando o roteiro integrado em turismo “Rota das Emoções”. Procura-se reavaliar a ideia de “impactação” – esta por vezes referida às transformações perpetradas por grandes projetos em certos contextos sociais – quando utilizada para pensar os projetos de infraestrutura de grande escala aplicados em zonas costeiras onde residem populações que trabalham com o conceito de “turismo comunitário”.

Palavras-chave: antropologia do desenvolvimento; projetos de infraestrutura de grande escala em zonas costeiras; associativismo comunitário.

Abstract

The article interests to appreciate a synthesis of some results of exploratory and intensive ethnography researches developed with some traditional coastal people residing in Ceará-Piauí-Maranhão seaboard, macro region where the Programa de Regionalização do Turismo (PRT), of Federal Government of Brazil, implement a integrate route of tourism that was called Rotas das Emoções. It tries to discuss the idea of “affectations” – that sometimes it is used to refer about the transformations that the large projects causes in some social contexts, it using this category to think about the projects of large-scale infrastructures in coastal zones where living traditional populations that work with community-based tourism concept.

Key-Words: anthropology of development; projects of large-scale infrastructures in coastal zones; community associations.

1 - Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Pesquisador do Laboratório de Estudos da Globalização e do Desenvolvimento (LEG/UnB) e do Núcleo Multidisciplinar de Avaliação de Políticas Públicas (NUMAPP/UFC). Endereço: Universidade de Brasília (UnB), Colina BL. K, ap.104 B. CEP: 70910900. Brasília-DF. E-mail: potyguara.alencar@gmail.com.

Introdução

Ao artigo interessa realocar o tema dos projetos de infraestrutura de grande escala (PGE) desenvolvidos sobre territórios pertencentes a populações tradicionais. Esses territórios, mormente hoje, são campos de uma conflitiva desenvolvimentista que, como avaliado por Ramos (2011, p. 2), estaria a se multiplicar historicamente no Brasil “a partir da trajetória dos contatos entre povos”.

Como sedimento etnográfico ao seu componente teórico – campo conceitual em que são discutidas as ideias de “impactação” a partir da antropologia do desenvolvimento –, o texto procura descrever as programáticas dos projetos de infraestrutura de grande escala em turismo, assim como os seus efeitos sobre as práticas políticas e produtivas dos trabalhadores que se identificam com o conceito de “turismo comunitário”² (CORIOLANO et al., 2006, p. 374) no litoral extremo-oeste do Ceará.

Abordam-se os resultados de três anos de pesquisas etnográficas desenvolvidas na macrorregião marítima de Jijoca de Jericoacoara (SANTOS, 2011), valorizando os resultados informados pelas incursões empreendidas à vila de Nova Tatajuba, “comunidade marítima”³ (MALDONADO, 1993, p. 14) onde residem cinco famílias remanescentes de fluxos migratórios regionais históricos da porção extremo-oeste do estado do Ceará (VIANA et al., 2008). Como apontado por Bandeira (2011), os dinamismos populacionais do período colonial foram definidores dos territórios de algumas populações costeiras da região Nordeste do Brasil e, neste caso especificamente, do litoral oeste cearense.

O contingente populacional de uma das sublocalidades que compõem a vila de Nova Tatajuba se resume a cerca de 1.200 moradores. Os indivíduos não se autoidentificam com nenhum grupo étnico costeiro do Ceará, como as etnias Tremembé, Anacé ou Jenipapo-Kanindé. A história da vila está circunscrita aos temas da criação do povoado, na década de 1940, o seu soterramento por um campo de dunas móveis na década de 1950, e a chegada dos grandes projetos em turismo na região. Nos últimos anos, tal processo que vem se convertendo de incentivos governamentais ao turismo a práticas espoliativas promovidas por *joint ventures* do setor, empresários vindos dos países ibéricos e grupos políticos de atuação regional. Esses dinamismos são detalhados por Porto (2008), autora que também privilegia a perspectiva da avaliação de políticas públicas em turismo no seu artigo.

Nova Tatajuba está próxima territorialmente de um “destino indutor de turismo” e é delimitada por uma “macrorregião indutora de turismo”. Essas conceituações demarcam territórios de investimento do setor reconhecidos pelo texto do programa de governo

2 - Por turismo comunitário (ou turismo domiciliar) são entendidas “as estratégicas e entradas que as populações com menores condições econômicas encontram na cadeia produtiva do turismo, uma forma de turismo que pensa o lugar, a conservação ambiental e a ressignificação cultural.” (CORIOLANO et al., 2006, p. 374).

3 - Tomando a noção de Maldonado (1993), chama-se “comunidade marítima” todo agrupamento humano que, habitando zonas costeiras, situam suas economias produtivas entre duas territorialidades: a marítima e a terrestre.

intitulado Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRO-DETUR/NE)⁴.

Durante esses anos de pesquisa, procurou-se acompanhar e dimensionar os efeitos dessas políticas macrorregionais de turismo sobre os nexos monetários advindos, por um lado, da pesca artesanal marítima e, por outro, das atividades ligadas ao turismo de base local em Nova Tatajuba. Observaram-se, sobretudo, os seguintes aspectos: a base dos conflitos envolvendo uma empresa do setor de turismo, a qual reivindica a propriedade de 5.275 hectares da vila, e os moradores representados por três “associações comunitárias”⁵; a formação e a cisão dessas associações comunitárias de moradores; e as atividades produtivas articuladas por institutos e ONG’s que assessoram as comunidades marítimas onde são desenvolvidos projetos em turismo comunitário.

Além de dar visibilidade aos resultados das atividades de campo – pesquisa praticada em diálogo com alguns percursos metodológicos da chamada antropologia marítima desenvolvida no Brasil, a exemplo dos trabalhos de Maldonado (1993), Diegues (1999), Kant de Lima e Ferreira (1997) –, este artigo propõe a apreciação teórica do conjunto dos resultados adquiridos e o seu cotejamento com as teorias e análises da antropologia do desenvolvimento, fundamentada em autores como Ribeiro (2008) e Escobar (2005), entre outros.

Nesse ponto, o conceito de conflito coloca em destaque as expectativas dos atores locais frente os programas de governo – população afetada pelas programáticas desenvolvimentistas, em especial os indivíduos envolvidos com o “turismo de base comunitária” na região – e as metas das empresas estatais e privadas financiadoras dos “projetos de infraestrutura de grande escala” no Nordeste brasileiro, os chamados PGE’s.

Com base nessa problemática expressa pelo campo, constroem-se dois níveis de questões: i) será que o conflito – fundiário, ideológico e entre programas econômicos contrários – gerado no decorrer da implantação do programa de governo na região onde se situa a vila de Nova Tatajuba pode ser compreendido como um fator que contribui para o surgimento de um modelo político-econômico e organizacional que se alinha a uma proposta diferente daquela do desenvolvimento regional?; ii) e, nesse caso, poderíamos dizer que, pelos níveis locais de organização política dessas populações, os impactos dos programas de desenvolvimento foram menores; ou por

4 - O PRODETUR/NE foi apresentado em 2003 intencionando fazer do turismo de base regional um mecanismo gerador de emprego e renda no Nordeste brasileiro (CORDEIRO, 2006).

5 - A noção de associativismo comunitário ainda é muito referida aos modelos do associativismo político das chamadas “sociedades rurais”, sendo compreendida como “prática organizativa com características próprias para garantir aos pequenos produtores o acesso aos benefícios dos programas de desenvolvimento rural” (COSTA, 2010, p. 2).

outra, que eles teriam sido amenizados por ações contra-hegemônicas locais geridas por profissionais do turismo de base local?

A seguir, situa-se o Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) e o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) no mapa dos investimentos na região.

1 - A trajetória do PRODETUR e a sua atuação na costa extremo-oeste do Ceará

O Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NE) surgiu em 1994, após uma avaliação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que apontou o turismo como uma atividade competitiva do Nordeste. Segundo a agência, essa região apresenta “recursos cênicos e culturais significativos, além de mão-de-obra em abundância e com custos relativamente baixos”⁶. Para iniciar ações afirmativas na região, o BNDES criou, em 1994, o Programa Nordeste Competitivo (PNC), que logo recebeu apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O conjunto de parcerias incentivadas pelo BNDES contou, ao final, com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Banco do Nordeste (BNB), o BID, os estados do Nordeste e o então Ministério dos Esportes e Turismo.

Por seu turno, o PRODETUR/NE II é uma política de concessão de recursos para investimentos em turismo, formada por um conglomerado de agências financiadoras, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Cooperação Andina de Fomento (CAF) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Em termos aproximados, calcula-se que desde o ano de criação do PRODETUR Nacional já se investiram, só no litoral cearense, quase R\$ 580 milhões em infraestrutura básica para o turismo: construção de rodovias estaduais e aeroportos, requalificação de regiões costeiras localizadas em grandes centros urbanos, implantação de planos diretores municipais, manutenção de acervo patrimonial e histórico, regularização de Áreas de Proteção Permanente (APP's) e Áreas de Proteção Ambiental (APA's), mapeamento por ortofotocartas de regiões costeiras, entre outros investimentos. Apenas no litoral onde se localiza o município de Camocim, do qual faz parte a vila de Tatajuba, os investimentos já somam mais de R\$ 200 milhões e estavam previstos mais R\$ 270 milhões para o ano de 2011⁷.

6 - Para outras informações, consultar os dados disponibilizados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB): <http://www.bnb.gov.br/PRODETUR/>.

7 - Ceará assina contrato de financiamento do PRODETUR Nacional. Site Oficial do Ministério do Turismo (Mtur), Brasília, fev. 2011. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20101124-2.html. Acesso em 10 fev. 2011.

Como concluído num dos seus artigos, Rodrigues (2009) observa pontos contraditórios entre alguns usos terminológicos do Plano Nacional de Turismo (PNT-2007/2010)⁸ – documento que embasa as ações regionais do PRODETUR/NE⁹. Por exemplo, ora trazem as noções de “preservação cultural” e de “desenvolvimento sustentável”, ora empregam termos como “desenvolvimento turístico”, “populações afetadas pelo turismo”, etc.

No contexto da vila de Tatajuba, o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste II (PRODETUR) vem concentrando suas ações basicamente na construção de estradas que facilitam o acesso a ela – a exemplo da rodovia estadual que liga Granja ao distrito de Parazinho, localidade que dá acesso à vila –; na promoção de cursos de formação de pequenos empresários do setor de turismo promovidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio ao Micro e Pequeno Empresário (SEBRAE), em 2009; no mapeamento em ortofotocartas do ambiente biofísico litorâneo da região e na facilitação fiscal para o licenciamento de territórios dunais para a instalação de aerogeradores de energia eólica. Todas essas ações correspondem ao montante de investimentos previstos pelo PRODETUR II.

2 - O que diz a categoria de impacto pensada sob outros contextos territoriais e etnográficos?

Nos exercícios de análise dos impactos das propostas desenvolvimentistas sobre populações tradicionais, a exemplo das avaliações de Ocampo-Salvador e Lejano (2001), o que se verifica é uma exortação ao fato de que, cada vez mais, as ações dos grupos locais vêm se afirmando com iniciativas político-econômicas que ora contrariam, ora se consorciam aos projetos de infraestrutura de grande escala em zonas costeiras, como os complexos portuários, usinas eólicas e roteiros turísticos macrorregionais.

Uma determinada crítica sociocultural aos grandes modelos empresariais de gerenciamento de capitais específicos – a exemplo das altas cifras em capitais e divisas levantadas pelo chamado “turismo do tipo Cancún” (RIBEIRO, 2008, p. 12) – tem feito com que autores, como Schröder (1997), atentem para o fato de que essa crítica, e os efeitos advindos dela, sejam responsáveis por ampliar e dar razão a certo empoderamento local dos grupos organizados.

8 - O Plano Nacional de Turismo (2007-2010) foi criado durante a gestão de Marta Suplicy no Ministério do Turismo (MIT), dando conta do planejamento do turismo nacional durante esse período. Vide: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional. Acessado em: 06 out. 2010.

9 - O Plano Nacional de Turismo (2007-2010) também foi criado durante a gestão de Marta Suplicy no Ministério do Turismo (MIT). Atualmente, o PNT está na sua segunda fase Para mais informações, vide http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/. Acessado em: 06 out. 2010.

Algumas análises alinhadas ao conceito de “etnodesenvolvimento” – o qual é interpretado como “uma capacidade autônoma que uma sociedade culturalmente diferenciada tem de guiar o seu próprio desenvolvimento” (BOFIL BATALLHA, 1970, p. 82) – deixam patente que práticas produtivas locais, organização política, mediada ou não por grupos institucionais (ONG’s, institutos de assessoria, pastorais, etc.), e o próprio desenvolvimento da cena conflitiva compartilhada entre setor privado, órgãos de ingerência pública e população local devem ser pensados inseparavelmente quando operamos a partir da análise de impactos de grandes projetos em territórios tradicionais.

Depende-se atenção ao fato de que, no estudo dos grandes esquemas de consorciação de capitais para investimentos em Áreas de Proteção Permanente (APP’s) costeiras – como nos estudos de Meireles (2008) – e na descrição do estabelecimento de redes empresariais e das suas rotas de investimentos, as populações residentes nessas regiões precisam ser compreendidas a partir de suas posições de destaque dentro de urdimentos mais globais de atuação.

Na maioria das vezes, são essas mesmas populações que interferem na programática estabelecida pelo par Estado-empresa, estabelecendo a triangulação institucional das posições políticas e fundando, indiretamente, contraprogramas de atuação local através da reivindicação territórios vitais, políticas sociais e trabalhistas para populações costeiras ou simplesmente praticando o denunciamento contra as ações de espoliação dos seus territórios por parte de corporações privadas da carcinicultura e da indústria do turismo. Veja-se, a título de ilustração, o comentário sobre essas problemáticas em zonas costeiras apontadas no relatório de Leroy e Silvestre (2004).

A questão aqui em destaque é a mesma expressa por Escobar (2007), que leva em consideração os níveis de interação mais ou menos equilibrados entre interesses locais e expectativas globais dos grandes projetos em situações de conflito envolvendo estratos sociais aparentemente diferenciados.

Indeed, the interesting question is how people mobilize politically notions of attachment and belonging for the construction of individual and collective identities, including the conflict that this local mobilization might entail with broader political and economic interests. (ESCOBAR, 2005, p. 149).

Operando sobre a fragilidade explicativa da categoria de “tradicional” e, respondendo ao comentário de Escobar (2005), Cunha e Almeida (2009) chegam a uma definição para “população tradicional” bastante alinhada à proposta conceitual deste artigo, pois uma das preocupações é procurar dimensionar as transformações ocorridas no âmbito do cotidiano do trabalho com o turismo comunitário das popu-

lações que residiam ao longo das grandes rotas de investimentos em turismo antes da constituição dessas.

O que os autores encerram na elaboração do conceito é algo como similaridades aparentes: “todos esses grupos apresentam, pelo menos em parte, uma história de baixo impacto ambiental e demonstram, no presente, interesse em manter ou em recuperar o controle sobre o território que exploram” (ALMEIDA e CUNHA, 2009, p. 279). Desse modo, o que essa definição faz é dimensionar o fator implicativo dos interesses das populações sobre os objetivos mais normativos dos programas, principalmente quando se vive sob a condição de conflitos territoriais.

Depreende-se do conceito de populações tradicionais o conselho de que é entre grandes interesses políticos e produtivos e as implicações dos anseios das populações locais que deve se iniciar as etapas que compreendem a avaliação de um programa de governo pelo comentário da antropologia.

Buscando abordar algumas questões relativas à ideia de “impactação”, começa-se pelo comentário à própria noção de “impactos sociais do turismo” explicitada na avaliação de Oliveira (2006, p. 17), o qual crê que, referidos dessa forma, esses efeitos esconderiam a densidade de intercâmbios criados pelo próprio turismo em contextos específicos.

Em outras palavras, pode-se afirmar que o turismo tem-se condicionado como um momento preliminar de reconstrução moderna das tramas sociais das comunidades. Neste sentido ele não age por diferenciação ou desintegração; ele permite integrações sociais mais complexas e coerentes com as demandas do mundo contemporâneo. (p. 4).

Recorrendo à matriz disciplinar do próprio conceito de impacto, Oliveira Filho (2000, p.132) explora o fato de que “o apelo a uma suposta condição de ‘desvantagem [dos grupos locais] em relação ao processo de desenvolvimento’ é um artifício derivado da sociologia do desenvolvimento”. Segundo o autor, esse campo do conhecimento atua formulando conclusões que justificariam, por exemplo, a intervenção protecionista às populações tradicionais por parte de agências financiadoras de grandes projetos (BNDES, BID, CAF, etc.).

E como definir impacto, se muitas vezes o campo conflitivo é “compósito”; ou seja, formado por interconexões entre atores variados, que podem estar alocados nas arraias do Estado, na esfera empresarial ou nas organizações políticas de trabalhadores locais? É esta concepção de complexidade relacional que se afigura no conceito de “desenvolvimento” trazido por Ribeiro (2008). Esse autor se baseia no princípio de que, no centro ou nos radiais mais periféricos que abrangem um grande projeto, o

que se observa é a formação de níveis de consorciação diversos entre grandes interesses globais e pequenas iniciativas regionais. Por esse cálculo, ele define o conceito de desenvolvimento como um campo

[...] constituído por atores que representam vários segmentos de populações locais (elites locais e líderes de movimentos sociais, por exemplo); empresários privados, funcionários e políticos em todos os níveis de governo; pessoal de corporações nacionais, internacionais e transnacionais [...]; pessoal de organizações internacionais de desenvolvimento (funcionários de agências multilaterais e bancos regionais, por exemplo). (p.110).

A própria definição de “projetos de infraestrutura de grande escala” (PGE), aqui tantas vezes mencionada, é traduzida por Ribeiro (2008, p. 11) como uma “expressão extrema do campo do desenvolvimento”. Fatores territoriais, o montante dos capitais investidos e os impactos ambientais seriam fatos concretos que desenham a magnitude do empreendimento. Além desses fatores, somam-se os aspectos da formação de parcerias: redes de empresários, redes de atores produtivos locais, de prestadores de serviços terciários, bem como redes compósitas, ou seja, redes que põem em articulação todos esses elementos.

Nesse sentido, se há consorciação de interesses, e logo de pessoas por trás desses interesses, qual espaço restaria para o conceito de impacto, que diz de um movimento de afastar grupos, separar interesses, distinguir metas, penalizar e responsabilizar partes situadas estruturalmente em posições contrárias? Os resultados a seguir discutidos poderão auxiliar na melhor análise dessa e de outras questões.

3 Conflito territorial e associativismo comunitário na experiência com o turismo de base comunitária

A vila de Nova Tatajuba, localidade pertencente à comarca distrital de Camocim (CE), é próxima do distrito de Jericoacoara, polo turístico que nos últimos 20 anos vem se afirmando como paradigma da indústria do turismo cearense. Por esse motivo, recebeu do Ministério do Turismo (MTUR) o título de “21º Destino Indutor do Desenvolvimento do Turismo no Brasil”¹⁰.

Além de dividir fronteiras com o polo turístico de Jericoacoara, Nova Tatajuba também está circunscrita a uma “macrorregião indutora de turismo”, eixo que

10 - Para mais informações, localizar o mapa intitulado “Os 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional” em http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/outros_estudos/destinos_indutores/.

corresponde aos municípios da região extremo-oeste do litoral cearense: Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Barroquinha, Chaval e Granja.

Desde a inauguração da segunda fase do PRODETUR/NE, quando se previu investimentos na ordem de R\$ 580 milhões em infraestrutura (aeroportos, ferrovias e infraestrutura urbana), a região que corresponde a esses municípios vem presenciando o incentivo progressivo à implementação e ao desenvolvimento de um comércio turístico de base regional. Esses incentivos são facilitados, primeiro, pela distribuição de recursos públicos e, segundo, pela especulação imobiliária aquecida pelo setor privado, principalmente por empresários estrangeiros (italianos, espanhóis e portugueses) interessados em iniciar e manter empreendimentos do ramo hoteleiro (pousadas, hotéis e *resorts*).

O contingente populacional total da vila soma 1.200 habitantes em quatro pequenas sublocalidades que formam a vila de Nova Tatajuba: vila São Francisco, Vila Nova, Tatajuba e Baixa da Tatajuba.

A pequena pesca artesanal baseada numa forte sociabilidade de grupo – como já evidenciaram outros pesquisadores em comunidades marítimas diversas (SAUT-CHUK, 2008; ADOMILLI, 2000) –, a agricultura de base familiar – principalmente o cultivo da mandioca para o fabrico da farinha – e o turismo comunitário se afiguram como as principais atividades produtivas.

Com o apoio do Instituto Terramar (TERRAMAR), que presta assessoria às comunidades marítimas cearenses, e da Rede Tucum de Turismo Comunitário (TUCUM), os habitantes da vila conseguiram montar e aprovar projetos importantes à manutenção do conceito de turismo comunitário que caracterizam seus projetos. Alguns são projetos de construção de chalés a serem oferecidos aos turistas; de compra de embarcações artesanais; de criação de eco-vilas agrícolas dispostas nos percursos das trilhas turísticas, entre outros¹¹.

Apesar das dificuldades de acesso ao seu núcleo comunitário, a vila é diariamente frequentada por turistas estrangeiros e nacionais que vêm de Jericoacoara atraídos pelo “turismo de aventura” ou esportivo e pelo atrativo natural que é o chamado Lago da Torta. Nessa laguna, são instalados, em uma de suas margens, equipamentos como barracas de alimentação e escolas de esportes aquáticos (*windsurfe, kitsurf* e caiaque), os quais são administrados pela população residente na vila.

Em 2001, os habitantes de Tatajuba descobriram por documentos cartoriais que 5.275 hectares da região haviam sido adquiridos por uma empresa com capital ligado ao grupo FINIVEST denominada Vitória Régia Empreendimentos Imobiliários Ltda. As matrículas das terras foram repassadas à empresa pelas mãos de um antigo “grileiro” da região e membro de um importante grupo de sucessão política da pre-

11 - Para mais informações, visitar as páginas do Instituto Terramar (<http://www.terramar.org.br/>) e da Rede de Turismo Comunitário (<http://www.tucum.org/>).

feitura de Camocim, cidade-sede do qual pertence Tatajuba. O processo de registro e legalização cartorial dos quatro documentos que discriminam as dimensões da propriedade até hoje ainda não foi esclarecido com precisão perante o Ministério Público Estadual do Ceará (MPE-CE), instância de ajuizamento em que se encontra o caso.

Nas primeiras reuniões entre os residentes na região e os representantes do grupo empresarial, que aconteceram na sede da até então única associação de Tatajuba, a Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA), comentou-se a possibilidade de realocação da população em regiões urbanisticamente planejadas pela Vitória Régia. Para tanto, planejou-se a construção de um equipamento turístico denominado Condado Ecológico de Tatajuba, com capacidade para 15.000 hóspedes, onde seriam investidos cerca de R\$ 2 bilhões, construção de campos de golfs oficiais na região leste do território e abertura de ofertas de emprego pelo empreendimento. De acordo com o relatório da Plataforma DhESC Brasil sobre populações costeiras, do Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV),

[...] o Condado Ecológico de Tatajuba contaria com forte apoio do governo estadual, no contexto de implementação da segunda fase do PRODETUR/NE [...] há a previsão de abertura de vias de acesso e construção de um aeroporto internacional para ser construído a menos de 30 km dali, com recursos do Programa, para atrair voos charter. (LEROY e SILVESTRE, 2004, p. 45).

A história de uma década de conflito entre o grupo empresarial – que hoje se denomina High Hospitality Group (BHG)¹², gerenciando o projeto INVESTITUR – e os residentes na macrorregião de Tatajuba, representados pelas suas associações de moradores, registra intervalos onde ocorreram integrações e desarticulações em torno de interesses específicos entre pelo menos três tipos de grupos: i) residentes na região e grupos da sociedade civil organizada (associações, pequenos empresários do setor hoteleiro e ONG's nacionais); ii) *joint venture* BHG (por documentos cartoriais, atual proprietária exclusiva da macrorregião) e iii) instituições públicas que atuam fortemente na região em torno da estruturação das rotas de investimentos previstas pelo projeto Rota das Emoções.

Destaca-se de todo o processo a atuação das associações de moradores que, produzindo articulações com instâncias de fora do eixo institucional “empresa-Estado”, como institutos, grupos de assessoria jurídica, órgãos do governo, conseguiram criar o que Ribeiro (2008, p. 111) chamou de uma “rede contra-hegemônica”, um

12 -Ver site do grupo BHG: <http://www.bhg.com.br/>

exemplo de ação com forte atuação no enredo criado pelas rotas dos investimentos desenvolvimentistas.

A empresa, por outro lado, se articulou com instituições do campo da fiscalização fundiária – como o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) e a Superintendência do Patrimônio da União (SPU) –, demonstrando claro interesse em lustrar sua hegemonia no processo de disputa por zonas marítimas indutoras de turismo. O poder estatal, por sua vez, se dividiu entre os papéis de arrefecedor do conflito territorial, fiscalizador – embora sempre tendendo aos interesses dos grupos empresariais – e, com menor protagonismo, ouvidor das demandas e denúncias das populações residentes.

Esse ciclo de acontecimentos – resultado de um só evento, a descoberta da venda das terras para a uma empresa do setor de turismo – em parte tornou a vila mais diligente quanto aos aspectos político-burocráticos que garantiriam a luta contra a ameaça perpetrada pela empresa, como também atenciosa aos modos como a localidade poderia dispor das suas estratégias jurídicas de enfrentamento do conflito. Os moradores e as associações passaram a se representar no espaço e no tempo das novas relações sócio-políticas e burocráticas engendradas a partir do evento da compra das terras.

Se, antes, parte da produção familiar colocava em negociação atores empenhados na conquista diária dos territórios marítimos e dos campos agricultáveis – territórios que os saberes náuticos e agrícolas reproduzidos em técnicas aprofundadas pela família das gerações anteriores ensinaram os homens a dominá-los. Agora, por conta da reivindicação fundiária da empresa, as disputas passaram a ser estendidas também a embates diretos com advogados, representantes dos pretensos “proprietários”, superintendentes, funcionários de órgãos do governo, entre outros.

A física das “relações simétricas” entre os atores políticos envolvidos no conflito foi alterada – relações simétricas tal como conceituado por Barnes (1987, p. 159), que trata das relações políticas levando em consideração a pluralidade dos atores e a efetividade estrutural dessas relações traçadas num esquema de *social networks* –, as preocupações diárias dos atores locais foram transferidas para questões diferentes: as horas de trabalho no mar, na roça e nas barracas de produtos alimentícios passaram a ser intercaladas por reuniões semanais nas associações de moradores, eventos em que eram discutidas estratégias de enfrentamento dos problemas instaurados pelo conflito fundiário envolvendo os moradores da vila e a empresa que reivindica a posse da terra.

Considerações finais

As “tipologias políticas” que são a “empresa” e o “grande empresário” – exemplos semelhantes aos tipos de liderança da Melanésia trazidos por Sahlins (2007),

com suas práticas político-econômicas concentradoras de renda e informação – passaram a entrar em conflito com os produtores e comerciantes locais: como o pequeno criador de gado, que paga o “vaqueiro-campeador” (o pastor do rebanho) dando a própria carne do animal abatido¹³; como o dono das barracas de venda de produtos alimentícios para os turistas, que usa do negócio como oportunidade de trabalho que assiste tanto à sua família nuclear quanto à família extensa da sua esposa; como o pescador artesanal, que constrói articulações com os donos das barracas em busca de negociar o peixe e os crustáceos frescos. Enfim, entraram em conflito com uma série de nexos monetários já construídos observando e hibridizando os hábitos das trocas da economia de mercado do setor turístico como os mecanismos sociorreguladores das trocas tradicionais, onde se evidencia o que Mauss (2003, p. 188) chamou de momentos em que o “mercado vem antes da instituição dos mercadores”, o que possibilitaria pensar uma “arqueologia sobre a natureza das transações” (p. 189).

O conflito, primeiramente gerado por uma “questão litigiosa” (ameaça de deslocamento de uma população de cerca de 800 habitantes da vila de Nova Tatajuba) – embora numa análise global expresse as inadequações entre propostas desenvolvimentistas e expectativas das populações –, vem fortalecendo pelo menos duas instituições na vila de Nova Tatajuba: as “associações de moradores” e a “economia local baseado no turismo comunitário”, economia que associa hábitos tradicionais de produção às exigências de mercado do turismo.

Parece ser adequado atentar, em investidas futuras sobre o tema, para uma “teoria regional do progresso” (RUBEN, 1992, p. 138), talvez alentada também por uma metodologia comparativa entre *community-based fishermen organizations* diversas, como propuseram Lejano e Ocampo-Salvador (2010). Ou ainda localizar o montante dessa discussão dentro uma antropologia que pense os níveis *táticos* e *organizacionais* do poder, como assinalado por Wolf (2003). Em todo caso, pelo menos até aqui, algumas proposições analíticas pertinentes ao caso foram apresentadas.

13 - Entre os poucos “donos de cabeças de gado” e “vaqueiros-campeadores” da vila há uma relação de prestação de honras de benefícios e trocas que poderia ser analisada a partir de uma sociologia da dádiva (Mauss, 2003): quando o proprietário tem apenas uma cabeça de gado e precisa dos serviços do vaqueiro-campeador para cuidar do animal (procurando o melhor pasto, cuidando da sua saúde, ordenhando, etc.), ele oferece 1/4 da carne do gado ao vaqueiro; caso o animal venha a gerar crias, 2/4 da carne são lhe reservados, e ainda se o animal gera mais uma novilha, 3/4 do animal passam a lhe pertencer. Esta progressão geométrica socialmente aplicada chega ao seguinte denominador: a cada quatro cabeças de gado que o vaqueiro-campeador cuida de qualquer proprietário, uma cabeça de gado lhe pertence em recompensa dos seus serviços. Desse modo, o assalariamento do vaqueiro-campeador é substituído por uma moeda comum, as cabeças de gado, o que faz do vaqueiro também um proprietário.

Referências

- ADOMILLI, Gianpaolo K. Tempo e espaço: considerações sobre o modo de vida dos pescadores do parque nacional da Lagoa do Peixe (RS) em um contexto de conflito social. *Iluminuras*, n. 15, v. 7, p. 1-28, 2006.
- ALMEIDA, Maria Geralda. Fragmentações do espaço brasileiro e as políticas de turismo. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: EdUSP, 2005. p. 56-73.
- BANDEIRA, Arkley Marques. O povoamento da América visto a partir dos sambaquis do litoral equatorial amazônico do Brasil. Disponível em: <http://www.fumdam.org.br/fumdhamentos7/artigos/21%20Arkley.pdf> Acesso em 12 abr. 2011.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987. p.159-194.
- BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Os predicados do desenvolvimento e a noção de autoctonia. *Tellus*, n. 10, ano 06, p. 11-21, 2006.
- BENEVIDES, Aletusya Mendes. Etnoconhecimento como potencialidade para os negócios turísticos: micro-análise etnográfica da comunidade de Tatajuba, Camocim, Brasil. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, n. 20, p. 121-127, 2006.
- BONFIL BATALLA, Guillermo. El concepto de indio en América: una categoría de la situación colonial. *Annales de Antropología*. México, 1970. p. 78-95.
- CORDEIRO, D.; CASTILHO, C. A (re)produção do espaço a partir do fenômeno do turismo: um estudo sobre a comunidade de Aver-o-Mar (Sirinhaém, PE). *Revista RA E GA*, n. 12, p. 47-58, 2006.
- CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira et al. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, Amalia Inés et al. (org.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. São Paulo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p.134-149.
- COSTA, Anita A. Albuquerque; RIBEIRO, Tereza C. Almeida. *O associativismo no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas*. Disponível em: <http://www.valedotaquari.org.br/agro/associativismo/associativismo.pdf>. Acesso em 10 ago. 2010.
- CUNHA, Manuela Carneiro; ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac & Naif, 2009. p.267-286.
- DIEGUES, Antonio Carlos. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores no Brasil. *Etnográfica*, v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999.

- _____. *Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil (1920-1980)*. Série de Documentos e Relatórios N°1, São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.
- ESCOBAR, Arturo. *Antropología y desarrollo*. Disponível em: http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=_Qb1a_EkQbwC&oi=fnd&pg=PA349&dq=Antropolog%C3%ADa+y+desarrollo&ots=MrgJp9JR2x&sig=LgYNTC-NQNJ3W5B7oqWVhuBu5mI8#v=onepage&q=Antropolog%C3%ADa%20y%20desarrollo&f=false. Acesso em: 01 jul. 2007.
- _____. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDR, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 133-168. (Coleção Sur Sur).
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- KANT DE LIMA, Roberto; PEREIRA, L. F. *Pescadores de Itaipu: meio ambiente e ritual no estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.
- LEJANO, Raul P.; OCAMPO-SALVADOR, Alma. *Comparative analysis of two community-based fishers organizations*. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308597X96000280>. Acesso em 12 jul. 2010.
- LEROY, Jean-Pierre; SILVESTRE, Daniel Ribeiro (relatores). *Populações litorâneas ameaçadas: carcinicultura, pesca industrial, turismo, empreendimentos públicos e poluição*. Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais (DhES). Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV), Abril de 2004, p. 98-119.
- LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropológica*, n° 322, p. 1-23, 2002.
- MALDONADO, Simone Carneiro. *Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Annablume, 1993.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.
- MEIRELES, A. J. A. *Diagnóstico ambiental e alternativas locais para as usinas eólicas [CH RM Gangalha e CGE RM Boqueirão] projetadas em áreas de preservação permanente na planície costeira de Camocim (CE) – Parecer Técnico (PT)*. Ministério Público Federal: Fortaleza, Nov., 2008.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Cidadania e globalização: povos indígenas e agências multilaterais. *Horiz. Antropol.*, v.6, n.14, p. 125-141, 2000.
- OLIVEIRA, Christian Dennys M. A complexidade territorial do turismo: atores, cenários e relacionamentos. In: SILVA, José Borzachiello et al (org.). *Panorama da Geografia Brasileira*. São Paulo: Annablume, 2006. p.25-32.

- PEREIRA, Doralice Barros; PENIDO, Marina de Oliveira. Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: possibilidades e impossibilidades do (des)envolvimento social. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p.156-178.
- PERROT, Dominique. Quem impede o desenvolvimento “circular”? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas). *Cadernos de Campo*, n. 17, p. 219-232, 2008.
- PORTO, Luana Cavalcanti. Políticas de turismo e território: paradoxos entre o Prodetur/NE e o programa de regionalização do turismo. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EM TURISMO (EIGTUR), 1, 2008, Ouro Preto. *Anais...* p. 45-59.
- RAMOS, Alcida Rita. *Belo Monte: a crônica de um desastre anunciado*. Disponível em: <http://www.abant.org.br/> Acesso em: 12 abr. 11.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos*, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), n. 80, p. 109-125, 2008.
- RODRIGUES, Lea Carvalho. Diretrizes da Política Nacional de Turismo e impactos econômico-culturais sobre populações locais: nas trilhas do Roteiro das Emoções (Jijoca de Jericoacoara, CE a Barreirinhas, MA). In: REUNIÃO DA ANPOCS, 33, 2009, Caxambu. *Anais...*, p. 45-61.
- _____. Grandes empreendimentos turísticos, projetos governamentais e populações tradicionais: conflitos e interesses em torno às concepções sobre a propriedade da terra. In: REUNIÓN DE ANTROPOLOGIA DEL MERCOSUR (RAM), 8, Buenos Aires, *Anais...*, p. 34-51.
- RUBEN, Guillermo Raul. O progresso da antropologia ou a antropologia do progresso. In: ARANTES, Antonio et al. (org.). *Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. p. 132-144.
- SAHLINS, Marshall David. Homem pobre, homem rico, grande-homem, chefe: tipos políticos da Melanésia e na Polinésia (1963). In: SAHLINS, Marshall David (org.). *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p. 79-104.
- SANTOS, P. A. Mito-narrativas sobre paisagens móveis: evento, empoderamento e mudança nos simbolismos de uma comunidade marítima do Nordeste brasileiro: Apreciações em antropologia histórica e do imaginário. *Revista OPSIS*, v. 11, n. 2, p. 97-114, 2011.
- SAUTCHUCK, Carlos Emanuel. Comer a farinha, desmanchar o sal: ecologia das relações pescador-(peixe)-patrão no aviamento amazônico. *Série Antropologia*, v. 420, p. 3-22, 2008.

- SCHRÖDER, P. A Antropologia do Desenvolvimento: é possível falar de uma subdisciplina verdadeira? *Revista de Antropologia*, v. 40, n. 2, p. 83-100, 1997.
- VIANA, Verônia et al. *Os antigos habitantes da praia de Jericoacoara, Ceará: arqueologia, história e ambiente*. Disponível em: <http://www.ufpe.br/cliuarq/images/documentos/2007-V1N22/2007a8.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2011.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Encontro Anual da AMPOCS, n. 20, 2009, Caxambu, *Anais...*, p. 12-28.
- WOLF, Eric R. Encarando o poder: velhos insights, novas questões. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (org.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R Wolf*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Editora Unicamp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. p. 325-345.